

## ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO ENQUANTO PROCESSO DO EXERCÍCIO DE CIDADANIA: COMO OS AUTORES VÊM DISCUTINDO ESSA TEMÁTICA

### LITERACY AND LITERACY AS A PROCESS OF THE EXERCISE OF CITIZENSHIP: HOW THE AUTHORS ARE DISCUSSING THIS THEME

Maria Eduarda Waterkemper Fernandes<sup>1</sup>

Samira Casagrande<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo analisar se as discussões literárias que permeiam a alfabetização e letramento conseguem aproximar o conceito ao processo de construção da cidadania do indivíduo letrado. O processo de alfabetização é entendido como a aprendizagem da leitura e da escrita, enquanto o conceito de letramento consiste nos usos da leitura e da escrita como práticas efetivas da língua. Em alcance à resposta da problemática de pesquisa, em analisar de que forma as discussões literárias que permeiam a alfabetização e o letramento se aproximam, ou não, aproximar aos conceitos ao processo de construção da cidadania do indivíduo letrado, buscou-se diferenciar alfabetização e letramento, reconhecer a importância da alfabetização e letramento para a construção da cidadania do indivíduo, e conhecer a importância que os autores contemporâneos trazem sobre alfabetização e letramento. Sob essa concepção, serão utilizados, nesta pesquisa, teóricos e estudiosos como Leda Tfouni (2002), Luiz Percival Britto (2007), Magda Soares (2014) e outros para subsidiar o tema. Quanto aos procedimentos metodológicos, optou-se pela pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa e de natureza dissertativo analítica. Por fim, respondendo a problemática levantada, entendeu-se, com base na pesquisa realizada, que o letramento é o que estabelece maior relação em direção à formação de um cidadão autônomo e crítico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Letramento; Alfabetização; Cidadania

**ABSTRACT:** This article aims to analyze whether the literary works that enable alphabetization and literacy manage to bring the concept closer to the process of building citizenship of the literate individual. The alphabetization process is understood as learning to read and write, while the concept of literacy is considered as a way of using reading and writing as practices for the effective use of language. In order to answer the research problem, if the literary ones that permeate alphabetization and literacy bring the concept closer to the process of building citizenship of the literate individual, we seek to differentiate between alphabetization and literacy, recognizing the importance of alphabetization and literacy for the

<sup>1</sup> Maria Eduarda Waterkemper Fernandes, acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, Unesc. E-mail: [mariaeduardawater@icloud.com](mailto:mariaeduardawater@icloud.com).

<sup>2</sup> Samira Casagrande, Mestra em Educação, Docente da Universidade do Extremo Sul Catarinense, Unesc. E-mail: [sca@unesc.net](mailto:sca@unesc.net).

construction of citizenship of the individual, and to know the importance that contemporary authors bring to literacy and literacy. Under this conception, theorists and scholars such as Leda Tfouni (2002), Luiz Percival Britto (2007), Magda Soares (2014) and others will be used in this research to support the theme. As for the methodological procedures used in the present study, there is a bibliographical research with a qualitative approach of an analytical dissertation nature. Finally, in order to address these specificities in the context of alphabetization and literacy, associating them with the exercise of citizenship, and hoping to obtain more knowledge about the topic in focus, we understand that literacy is the greatest relationship towards the formation of an autonomous and critical citizen.

**KEYWORDS:** Alphabetization; Literacy; Citizenship

## 1 INTRODUÇÃO

Em função do crescimento das sociedades civilizadas, e da necessidade de comunicação, foi preciso que o homem criasse uma forma de registrar suas ideias. A partir disso, desenvolveu novas habilidades para a língua escrita e falada na sociedade em que se encontrava.

A escrita foi um passo significativo para a autonomia do homem, uma vez que possibilitou o registro das vivências e experiências consideradas importantes para a sociedade. Porém, por mais que tenha sido um importante marco para o surgimento de civilizações, bem como para o desenvolvimento científico, tecnológico e psicossocial da sociedade, a escrita assumiu também uma função de dominação e poder, em cunho religioso e político praticado por escribas, sacerdotes e pela nobreza. Assim, em uma sociedade na qual havia delimitações para a aprendizagem da escrita, quem aprendia e tinha acesso a ela era quem dominava e dispunha do poder sobre os demais. Nesse viés, como a maioria da população era desprovido dessa habilidade, acabava ficando impedido de exercer o seu próprio processo de construção da cidadania.

Neste sentido, fez-se necessário que a escrita fosse aprendida, não somente por uma parcela pequena da sociedade, aquela que obtinha o poder e dominava, a elite, mas sim por todos os cidadãos. Esse processo de aprendizado da leitura e da escrita, a aprendizagem do alfabeto e o reconhecimento das letras, consiste na *alfabetização*. Em decorrência disso, em uma sociedade organizada por escritas, letras e signos, a alfabetização somente não é o

suficiente para responder às demandas sociais, que têm uma organização letrada, além de codificar e decodificar sons e letras, entender também o significado e uso das palavras em diferentes contextos, poder ler e escrever dentro de um meio social no qual a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida da pessoa/aluno, saber interpretar, praticando a construção da cidadania, isso é o que chamamos de *letramento*. A alfabetização não é suficiente, porém, é importante destacar que ela é base para a apropriação do código escrito. Nesse sentido, para que haja uma prática efetiva de leitura na escrita, o sujeito precisa, minimamente, acessar o código e, assim, é um processo imprescindível. Reitero que a alfabetização, não consiste em um ato isolado, desprovido de sentido. Partindo disso, a instituição escolar, que tem como função social a socialização do conhecimento científico produzido historicamente pelos homens, utilizou-se de diferentes metodologias advindas de pesquisadores e estudiosos que envolviam estudantes e educadores, em um processo de ensino/aprendizagem que buscava ser significativo e fazer sentido para todos, porém essas buscas se deram pelos chamados métodos tradicionais de alfabetização, que serão abordados no decorrer do trabalho, métodos esses que apresentaram um processo longo e difícil de discussões. Porém, no que se refere ao processo de alfabetização e letramento, a metodologia desejável é aquela que faz o estudante usar as habilidades de leitura e escrita em práticas diárias para que possam, assim, atuar autonomamente na sociedade em que vivem, ou seja, serem alfabetizados e, também, letrados.

Nesse sentido, a motivação para pesquisar este tema é que, por vivermos em uma sociedade imersa no letramento, em que se faz necessário usufruir da linguagem escrita de maneira competente, para dessa forma enfrentar atividades comunicativas e sociais em contextos culturais variados, ver frequentemente pessoas analfabetas envergonhadas por não saberem ler e escrever é comovente. Algumas delas até mesmo sabem, porém, não são letradas, o que acaba dificultando a compreensão de determinadas situações cotidianas, tendo que depender sempre de alguém que seja letrado, impedindo-as do exercício da cidadania. Importa saber que o conceito de cidadania utilizado neste trabalho se situa em um conjunto de práticas sociais de leitura e escrita, inseridas na indústria grafocêntrica permitindo que o indivíduo seja capaz de ler e escrever diferentes textos de natureza e funções diversas.

No âmbito educacional é de grande relevância articular a alfabetização e o letramento  
Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 6, nº1, janeiro/abril 2022.– Curso de Pedagogia– UNESC

para que o educando consiga se apropriar das duas habilidades para exercer de forma autônoma a sua cidadania. Considerando que há uma realidade alarmante de analfabetos presentes na sociedade, que utilizam a leitura e a escrita nas práticas sociais, é perceptível a importância de estudos e pesquisas acerca desta temática. Desse modo, não há sentido em artificializar o ensino, afinal, o educando precisará, como cidadão, fazer uso real desse aprendizado.

Diante do exposto, apresentamos o problema de pesquisa: as discussões literárias que permeiam a alfabetização e o letramento conseguem aproximar o conceito ao processo de construção da cidadania do indivíduo letrado? Para o aprofundamento teórico, abordaremos alguns teóricos e educadores importantes como: Magda Soares (2014), Leda Tfouni (2002), Luiz Percival Britto (2007) e outros, que dissertam a respeito do objetivo desta pesquisa, de analisar de que forma as discussões literárias que permeiam a alfabetização e o letramento se aproximam, ou não, aos conceitos ao processo de construção da cidadania do indivíduo letrado. Tem-se como objetivos específicos: compreender o processo histórico de acesso à escrita; identificar nos métodos tradicionais de alfabetização, as formas de sistematização da escrita; reconhecer a importância da alfabetização e letramento para a construção da cidadania do indivíduo; conhecer as contribuições que os autores contemporâneos trazem sobre a alfabetização e letramento, com a finalidade de aproximar o conceito de alfabetização e letramento ao processo de construção da cidadania do indivíduo letrado.

Quanto aos procedimentos metodológicos utilizados, será uma pesquisa de cunho bibliográfico, com abordagem qualitativa, que procurou dar um foco dissertativo analítico à medida que construía o texto, com base nas ideias e concepções dos autores mencionados e outros que se farão presentes no desenvolver da pesquisa, buscando o melhor entendimento, aprofundamento e conhecimento das visões desses e discutiremos a importância deste tema enquanto processo de exercício da cidadania e como os autores vêm discutindo a temática, a fim de contribuir para a melhor compreensão do leitor sobre o aspecto de entender o tema como uma construção livre e autônoma da vida do cidadão, o qual poderá viver em uma sociedade fazendo o uso social da escrita livremente, sabendo ler, escrever, dando sentido às palavras, e aplicá-la com a função social do uso da linguagem.

Será apresentado e abordado no decorrer do presente trabalho, em forma de sessões, primeiramente a respeito da *Origem e Acesso à Escrita*, que possibilitou a comunicação que os Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 6, nº1, janeiro/abril 2022.– Curso de Pedagogia– UNESC

homens desejavam; posteriormente a *Sistematização da Escrita e o Processo de Alfabetização e Letramento*, em que se destacarão os diferentes métodos de alfabetização utilizados e idealizados pelos professores com as crianças no processo de alfabetização e seus entraves; por fim, a sessão das *Similaridades e Divergências* entres ambos os termos, alfabetização e letramento, que apresentará o surgimento do letramento e como esse pode contribuir para a vida em sociedade, bem como seu exercício e a construção da cidadania.

## 2 ORIGEM E ACESSO À ESCRITA

Antes de iniciar a discussão sobre o conceito de alfabetização e letramento, é relevante apresentar o nascimento da escrita, a qual foi e continua sendo uma das formas de comunicação da humanidade. Ao longo da história, ela foi desenvolvida e moldada conforme a mentalidade, as vivências e as evoluções do homem, propiciando benefícios diversos à sociedade, além de possibilitar a demarcação do tempo, espaço e acontecimentos da época.

Por conta da necessidade de se expressar e de se comunicar, o homem usufruiu do que tinha ao seu alcance para registrar mensagens sobre o cotidiano. Para isso, utilizou-se de alguns objetos e recursos da natureza, para marcar por meio de desenhos, sinais ou traços os acontecimentos ocorridos, contribuindo, assim, para o entendimento da história.

Segundo Reis (2019), na Pré-História, os indivíduos que ali viviam sentiram a necessidade de se comunicarem uns com os outros, então faziam pinturas nas paredes das cavernas com o intuito de transmitir uma mensagem; assim, surgia a pintura rupestre. Quando o homem deixou de ser nômade e passou a ser sedentário, também foi necessário o registro dos seus alimentos e de sua criação de animais, ou seja, era preciso anotar o que estava no estoque e o que tinha em uso. É notório que, desde muito cedo, o surgimento da escrita contribuiu para a evolução da sociedade. Daí a importância da escrita para a sociedade, pois é ela que faz com que a História [da humanidade] seja conhecida por vários povos de diferentes épocas.

Para Cagliari (2007), o desenvolvimento da humanidade fez com que a escrita também passasse por transformações ou fases históricas, assim denominadas: pictórica, ideográfica e a alfabética. Todas buscaram simbolizar, retratar e representar algo da sua época. A primeira fase, a pictórica, é marcada pelos desenhos figurativos e pictogramas, e não apresentava

nenhuma ligação com os sons dos objetos, mas com a sua imagem, ou seja, é a representatividade dos objetos da realidade, é a combinação da imagem com o que realmente se quer representar e, poderia, por exemplo, ser vista nas escritas astecas (CLAIR; BUSIC-SNYDER, 2008).

A fase ideográfica, por sua vez, se expressa por meio de desenhos chamados *ideogramas*, os quais podem ser facilmente vistos nas escritas sumérias (cuneiforme) e egípcia (hieroglífica); uma forma de representar ideias também sem indicar os sons das palavras, ou seja, representar a ideia que determinado objeto representa, mas não ele (objeto) em si, propriamente dito. Uma representação poderia ter várias interpretações. Com a sua evolução, foram sumindo traços, tornando-se uma mera convenção de escrita, proporcionando a escrita das letras do nosso alfabeto (Cagliari, 2007).

Vale ressaltar que a escrita surgiu somente por volta de 4000 a.C., com os sumérios, habitantes da antiga Mesopotâmia, que elaboraram a escrita cuneiforme (GOMES, 2007; COSTA, 2012). Segundo Pozzer (1998, p. 41), a escrita cuneiforme

é o resultado da incisão de um estilete, impressa na argila mole, com três dimensões (altura, largura e profundidade). A escrita cuneiforme foi utilizada para se gravar em paredes de rochedos, corpos de estátuas e grandes monumentos, sendo sempre as inscrições um decalque do texto escrito no tablete de argila. Lê-se um texto em escrita cuneiforme da esquerda para a direita e de cima para baixo, como em português. [...] o tablete de argila possui, em geral, 10 cm (a dimensão da palma da mão), mas pode variar de 3 cm a mais de 50 cm.

Tfouni (2002) argumenta que eram essas placas de argila que os sumérios utilizavam para registrar empréstimos de mercadorias, relação de troca, práticas essas que surgiram junto a inovações, como a organização da agricultura e a criação da roda, por exemplo. A escrita propiciou aos sumérios o registro dos acontecimentos diários, administrativos, econômicos e políticos da época, além de ficarem preservados como uma marca na história. Sem as inscrições nas placas feitas com argila, nada sobre esse período seria conhecido.

Por outro lado, a escrita hieroglífica era produzida em tábuas de pedra muito detalhadamente, usando para marcar registros legais, comerciais e históricos, por possuírem um sistema de símbolos mais simples que facilitava o processo de escrita, permitindo escrever com mais agilidade. Possuíam mais de 300 símbolos que deveriam ser conhecidos pelos

homens para que fosse possível transferir mensagens e realizar a leitura.

Por fim, de acordo com Cagliari (2007), surgiu a fase alfabética, provinda da utilização das letras, a qual iniciou-se com os ideogramas, e mais adiante assumindo uma representação fonográfica (sons das palavras). Esse tipo de escrita é visto no alfabeto latino, além do indiano e do greco-latino.

Como abordado até aqui, percebe-se que o alfabeto atual teve uma longa evolução e as transformações foram diversas. Os fenícios possuíam vários sinais do sistema hieroglífico em sua escrita, formando um sistema com 22 sinais e cada um com som consonantal ausentando vogais, e é muito comum encontrarmos, ainda na atualidade, nos modos de escrita hebraico e árabe. A escrita dos fenícios sofreu uma modificação pelos gregos que incluíram as vogais, criando a escrita alfabética; essa, por sua vez, apresentando a criação de uma quantidade de símbolos reduzidos e permitindo a combinação de caracteres na escrita com mais facilidade, por conta da junção das consoantes e vogais. Tempos mais tarde, os romanos decidiram ajustar a escrita grega, foi então que surgiu o alfabeto greco-latino do qual derivou o alfabeto.

É notória toda a trajetória do desenvolvimento da escrita, que foi se formando junto à evolução do homem e muitos sistemas de escrita foram criados; basicamente, a escrita surgiu a partir dos desenhos para a expressão e comunicação, para que se chegasse ao alfabeto atual. De acordo com Ramos (2010), desde que a escrita surgiu, exerceu uma função religiosa e política, porém seu acesso era restrito para uma pequena elite que tinha o poder sobre o restante da população. Os escribas, sacerdotes e a nobreza eram a parcela populacional que praticavam a escrita.

Desse modo, segundo Tfouni (2002), , apesar de a escrita ter sido importante para o surgimento de civilizações e, também, para o desenvolvimento tecnológico, científico e psicossocial da sociedade, também foi aplicada nas relações de dominação e poder, sendo usada nas relações entre os grupos sociais. A autora supracitada ressalta, ainda, que os sinais escritos usados pelo homem como os pictográficos, ideográficos ou fonéticos (alfabéticos) não são produtos neutros, mas sim o resultado de relações de dominância e poder. Traz como exemplo dessa *não-neutralidade* o caso da China, cujo sistema de escrita, ideográfico, serviu por séculos como uma maneira de garantia do poder dos religiosos e burocratas, visto que a grande quantidade e dificuldade dos ideogramas, muito bem elaborados, impedia o acesso a maioria

do seu povo.

Tfouni (2002, p. 10) define a escrita como “produto cultural por excelência”, ou seja, em uma sociedade na qual a escrita é delimitada a determinadas pessoas, aprender a escrever é considerado um princípio por excelência. A escrita, para ela, é uma difusora de ideias, enfocando principalmente a escrita impressa. No entanto, há uma contraposição dessa finalidade da escrita, em casos nos quais serve como forma de ocultar e garantir poder aos que têm acesso a ela. A escrita impressa proporcionou benefícios à sociedade moderna, como a difusão de ideias e conhecimentos, tendo um importante papel social. Porém, sob outra perspectiva, em termos de garantia de dominância e poder, a escrita funcionou como forma de ocultação, guardando informações e, conseqüentemente, garantindo poder somente aos que tinham acesso a ela.

Percebe-se, pois, que a escrita, por ser um produto cultural, necessita ser aprendida, e a alfabetização é o processo derivado dessa aprendizagem, porém, uma vez que a escrita assume uma posição de dominância e poder, não há cidadania, pois uns têm acesso a ela para usá-la de forma social e outros não.

### **3 A SISTEMATIZAÇÃO DA ESCRITA**

A origem da escrita teve suas evoluções, a criança, no seu processo de alfabetização, também se desenvolve de maneira gradativa, utilizando do desenho para dizer, contar, expressar algo que faz sentido e tem significado para ela, até que se aproprie realmente da escrita de letras e palavras. É perceptível a conexão do surgimento da escrita com o processo de alfabetização e apropriação da escrita da criança. Assim como os povos antigos usavam desenhos para a comunicação, a criança também faz uso, partindo de suas vivências e sentimentos para mandar mensagens. Cagliari (2007, p. 10) afirma que:

Assim como os povos antigos, as crianças usam o desenho como forma de representação gráfica e são capazes de contar uma história longa com significado de alguns traços por elas desenhados. Elas também podem representar “marquinhas”, individuais ou estabelecidas por um consenso de grupo, para representar aquilo que ainda não sabem escrever com letras.

No que se refere ao acesso à escrita, é cabível mencionar os diferentes métodos de alfabetização, que historicamente foram sendo implementados nas escolas. Esses métodos passaram por um processo extenso e diverso, até serem realmente denominados como tal, envolvendo um movimento histórico, tanto quanto complexo na sua constituição. O desenvolvimento da história dos métodos da alfabetização gerou discussões sobre qual seria o mais adequado.

Mortatti (2006) menciona os dois métodos de alfabetização mais utilizados pelas escolas brasileiras: o  *sintético*  e o  *analítico* . O primeiro é caracterizado por partir da menor  *parte*  da palavra para o  *todo* , conhecidos como: alfabético, fônico e silábico. O alfabético, parte do ensino do nome das letras (soletração); o fônico, parte dos sons que correspondem às letras; e o silábico, por sua vez, parte das sílabas, a emissão dos sons. No método sintético, segundo a autora, a leitura era ensinada por meio de um desses três métodos mencionados – alfabético, fônico ou sintético – e, após esses métodos serem usados, iniciava-se o ensino da leitura das palavras, posteriormente, das frases isoladas ou agrupadas.

No que se refere ao ensino da escrita, essa era limitada à caligrafia e ortografia, sendo aplicado por meio de ditados, formação de frases e cópias, em que era relevante a forma correta dos desenhos das letras.

No Brasil, as primeiras cartilhas eram baseadas nos métodos sintéticos. Porém, no ano de 1876, o Método João de Deus passou a ser divulgado em algumas cartilhas. O Método João de Deus corresponde ao ensino da leitura primeiramente pela palavra e, por fim, apresentando os sons das letras, que seria a aplicação do método fônico (MORTATTI, 2006).

Com o aparecimento desse novo método, houve muitas discussões e disputas de pessoas pró e contra ambos os métodos. É nesse período que o ensino da leitura e da escrita passa a ser tratado como um assunto de ordem didática, derivado das questões de ordem linguística daquela época, ou seja, “como ensinar metodicamente” e “o que ensinar”.

O segundo método, o analítico, concebia que o ensino da leitura precisava ser ensinado primeiramente pelo  *todo* : palavras, frases e contos, para depois prosseguir analisando as suas partes específicas. Porém o  *todo*  pode ser considerado para uns a palavra, para outros a sentença ou também  *historieta* . Por essas diferentes concepções do que seria o  *todo* , esse método foi ensinado de diferentes modos. Com o novo método, no início do século XX, as cartilhas

passaram a constituir-se do método analítico (palavração e sentençação). Novamente, inicia-se outra disputa com pessoas que eram a favor do método analítico e outras que ainda defendiam os métodos sintéticos. Segundo Mortatti (2006) somente ao final de 1910 que a palavra *alfabetização* passou a ser utilizada para tratar o ensino inicial da leitura e da escrita.

Em meio a tantas críticas, na década de 1920 surgem os métodos mistos ou ecléticos, com o objetivo de juntar os métodos de ensino e aprendizagem já existentes, sintético e analítico, pois enquanto uns defendiam o método analítico, outros professores se recusavam a utilizá-lo e buscavam novas soluções para ensinar a leitura e a escrita. As disputas com relação à questão de um método ideal, e qual utilizar, foram desaparecendo gradualmente e foi se tornando uma tendência de relativização de significância do método. As cartilhas passaram a ser fundamentais prevalentemente nos métodos mistos/ecléticos.

Com isso, o método de ensino se submete ao nível de maturidade das crianças. No que se refere à escrita, essa continuou sendo entendida como uma habilidade de caligrafia e ortografia, a qual deveria ser ensinada juntamente com a leitura. Foi então que, ao final de 1970, a nova tradição do ensino da leitura e da escrita surgiu, ou seja, “a alfabetização sob medida, de que resulta o como ensinar subordinado à maturidade da criança a quem se ensina; as questões de ordem didática, portanto, encontram-se subordinadas às de ordem psicológica” (MORTATTI, 2006, p. 10).

Segundo Soares (2006), durante muito tempo a busca por um método ideal parecia ser o problema pertinente da alfabetização. No entanto, vale ressaltar que os métodos tradicionais de alfabetização podem prejudicar o processo de compreensão do sistema linguístico, pelo <sup>3</sup> fato de enfatizarem uma aprendizagem sistemática, inflexível e dependente do estímulo externo em sua metodologia. Os métodos de alfabetização citados neste artigo, não obtiveram o resultado desejado, pois artificializam a alfabetização. No entanto, não podemos deixar de mencionar que muitos dos indivíduos que foram alfabetizados por meio deles, atuaram/atuam em locais diversos na sociedade que envolvem práticas letradas. Dessa forma, penso que não se pode generalizar que os métodos de alfabetização são os únicos culpados pelo fracasso

---

<sup>3</sup> A partir da desmetodização da alfabetização, foram chamados de métodos tradicionais.

escolar. Afinal, a alfabetização, por não ser inata ao sujeito, precisa ser ensinada de forma intencional, planejada e sistemática, mas claro, nunca de forma artificial.

Consoante a isso, Braggio (1992) reflete sobre alguns entraves advindos dos métodos tradicionais de alfabetização, como, por exemplo, a aplicabilidade do método sintético, que propõe uma aprendizagem descontextualizada, desprovida de significados, priorizando a decifração dos códigos linguísticos, uma vez que são ensinadas primeiramente as letras, depois as sílabas para, então, compreender que a junção desses segmentos originaria uma palavra. A participação do aluno é passiva, na qual é preciso que memorize sílabas para depois formar frases sem sentido. Sendo assim, é perceptível que a leitura e a escrita são vistas como uma simples aquisição de ler e escrever de maneira técnica, sobretudo enfatizando a questão grafofônica da língua (focalizando a relação entre o som da fala – fonema – e a escrita – grafema), limitada dentro da sala de aula. Além disso, o erro era visto como algo ruim, sendo sempre corrigido. Outro aspecto relativo, comentado ainda por Braggio (1992), seria a cartilha, material que teria domínio sobre o leitor, e ao qual o professor seguiria rigorosamente sem realizar modificações, sendo impossibilitado de criar, de experimentar e de fazer o uso do bom senso, tornando-se apenas um repassador de conhecimento passivo e acrítico, seguindo apenas os métodos. Ou seja, é retirada a sua responsabilidade da sala de aula, assim como o controle, pois os modos de ensinar a leitura e a escrita já vêm descritos em forma de métodos.

A mesma autora ainda afirma que, para que a criança aprendesse a ler e escrever, ela deveria ter alguns *pré-requisitos*, sem os quais seria impossível que essa tarefa pudesse ser realizada, como, por exemplo, o domínio de conceitos de lateralidade, espaço e discriminação perceptivo-visual.

Além disso, existia um controle de aprendizagem no qual era decidido como e quando a criança devia aprender, ou seja, não levavam em consideração o que a criança já sabia, não sendo ela sujeito do seu próprio discurso, além de ter a linguagem escrita como apenas um instrumento na sua função de agente histórico.

Diante desse contexto é que se pode afirmar que o ensino por meio dos métodos tradicionais de alfabetização, em que a ênfase na repetição e memorização de sílabas e palavras, no uso sequencial de cartilhas, dificilmente levam a criança ao exercício da cidadania de forma exitosa. O homem, ao aprender a escrita, torna-se de certa forma autônomo, porém os métodos

tradicionais de alfabetização os tornam limitados, pois a habilidade leitora e de escritor de textos autorais não foi desenvolvida.

Somente na década de 1980, com a entrada do pensamento construtivista sobre alfabetização, é que os métodos tradicionais de alfabetização passaram a ser questionados. Os conceitos psicogenéticos da língua escrita, desenvolvidos pela pesquisadora Emília Ferreiro, ganham força nas redes de ensino pública e privada. Essa etapa movia as discussões dos métodos de ensino para o processo de aprendizagem da criança. A psicogênese surge como uma “revolução conceitual”, com o objetivo de provar, por meio da pesquisa científica, o processo de construção individual da escrita em crianças pré-escolares, descartando, assim, teorias e práticas tradicionais de alfabetização, além de duvidar da necessidade do uso de cartilhas para alfabetizar.

Novamente, surgem as disputas entre aqueles que ainda defendiam o método misto/eclético e outros que se apropriaram do construtivismo. Nessa época, no que se refere às cartilhas, essas passaram a ser substituídas por livros didáticos construtivistas. Esse momento demarcou um período de nascimento de uma nova tradição, a chamada *desmetodização* da alfabetização, enfatizando no aprendizado e no como se aprende a língua escrita (MORTATTI, 2006).

Porém a teoria construtivista, segundo Mendonça (2010), trouxe consigo um fracasso escolar por conta da utilização de práticas incorretas, impróprias, ou seja, antes os professores seguiam um método sistemático e com a teoria construtivista os professores passam a ficar desorientados sobre o que e como ensinar. Assim, em decorrência das tentativas de aplicabilidade desta teoria à alfabetização, surge uma metodologia nova, baseada na sociolinguística e na psicolinguística, que traz consigo a organização do trabalho do professor, bem como a sistematização da alfabetização com a finalidade de alfabetizar letrando. Esta nova concepção será aprofundada no próximo tópico.

#### **4 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: SIMILARIDADES E DIVERGÊNCIAS**

Estudos acerca do letramento são datados, segundo Goulart (2014), a partir da segunda metade dos anos 1980. O seu surgimento veio para complementar o processo denominado *alfabetização*, pois além de saber ler e escrever (codificar e decodificar), o indivíduo deve dominar essas habilidades, utilizando-as em situações em que a leitura e/ou a escrita sejam

requisitadas. Isso é função do letramento.

O indivíduo letrado poderá ser capaz de fazer uso e apropriar-se da escrita e da leitura, de modo a usá-las em situações adversas do cotidiano, em que se faça imprescindível para a resolução de alguma necessidade específica. Segundo Tavares (2004), o letramento permite que o indivíduo estabeleça relações, sendo apto a utilizar de interpretações, comparações e outras habilidades que permeiam a leitura e a escrita, indo muito além do ato de juntar letras para formar palavras.

Corroborando com a mesma ideia, Soares (1998, p. 47) define o letramento como: “estado ou condição de quem não só sabe ler e escrever, mas exerce as práticas sociais de leitura escrita que circulam na sociedade em que vive, conjugando-as com as práticas sociais de interação oral”. Nesse sentido, letrar é mais que alfabetizar, o letramento relacionado com as práticas sociais de leitura e escrita ultrapassa o conceito de alfabetização e proporciona condições ao indivíduo de exercer a escrita e a leitura de modo que este faz presente na sociedade. Segundo Soares (2014), saber ler, escrever, fazer uso da escrita e da leitura e incorporar-se às práticas sociais que são demandas, exigidas ao uso dessas habilidades, resulta no indivíduo a modificação do estado ou condição em quesitos culturais, políticos, sociais, cognitivos e outros, exercendo, assim, a cidadania com a autonomia.

Vivemos em uma sociedade letrada, grafofônica que segundo Mortatti (2004, p. 98) são “[...] sociedades organizadas em torno de um sistema de escrita em que esta, sobretudo por meio do texto escrito impresso, assume importância central na vida das pessoas em suas relações com os outros e com o mundo em que vive”. Por esse motivo, é preciso que se vá além de saber ler e escrever, é importante fazer o uso da escrita e da leitura de maneira efetiva e autônoma na sociedade em que se está inserido, possibilitando responder às exigências da leitura e da escrita presentes na sociedade para exercer a cidadania.

Com base na sociedade em que estamos inseridos, é visto que o letramento se inicia antes da alfabetização à medida que o indivíduo interage de forma social com práticas de letramento. A criança, ao nascer em uma sociedade imersa em signos, escritas e de usuários dessas práticas, já faz parte do mundo letrado; antes de se alfabetizar, ela pode ser de certa maneira letrada, pois usa livros para brincar, folheia-os, finge lê-los e ouve histórias que são lidas a elas, por exemplo.

Segundo Soares (2004), a alfabetização e o letramento são indissociáveis, por mais que as suas naturezas e processos sejam distintos. A alfabetização não precede e nem mesmo é pré-requisito para o letramento, por esse motivo que muitas pessoas podem ser analfabetas, mas de certa forma serem letradas, ou seja, um indivíduo pode ser economicamente e socialmente marginalizado, mas conviver em meio à leitura e à escrita; tem interesse em ouvir a leitura de jornais, de cartas realizada por alguém que é alfabetizado; dita palavras que deseja que sejam escritas para um alfabetizado escrever algum texto ou carta para ele; ou até mesmo solicita a algum alfabetizado para que esse leia determinados avisos ou placas que possam lhe interessar.

Porém a construção do exercício pleno e efetivo da cidadania não se dá dessa forma. Para que a prática do letramento seja realizada de maneira efetiva, e que o indivíduo pratique o exercício da cidadania com autonomia, é primordial que esse faça o uso da leitura e da escrita de forma independente. Dessa forma, para que essa prática se realize, é imprescindível que o sujeito leitor não dependa de ninguém para interpretar algo ou situações em que a escrita e a leitura se fazem necessárias. Assim, com a obtenção dessa autonomia em ler, escrever e se apropriar dessas habilidades, o indivíduo será capaz de solucionar as situações cotidianas e estará exercendo de maneira plena e efetiva a cidadania, pois não depende de uma outra pessoa para auxiliá-lo quando o uso e a apropriação da leitura e da escrita forem requisitados.

Nesse sentido, é visto que, por mais que algumas pessoas sejam analfabetas – que vivam em estado ou condição de analfabeto e conseqüentemente não exercem com plenitude seus direitos de cidadão, porque não usufruem dos bens culturais da sociedade e por isso são marginalizados socialmente –, apresentam um nível de letramento.

Segundo Soares (2014), os níveis de letramento se dão com base nos níveis de escolarização ou grau de instrução, ou seja, dependendo do grau de instrução do indivíduo, ele terá um nível de letramento. Soares (2014, p. 97) afirma sobre os níveis de letramento que:

Assim, aos indivíduos com um a três anos de escolaridade, é atribuído o nível 1 de letramento, descrito como a “ultrapassagem do analfabetismo” pela aquisição do “mínimo dos mínimos em termos de alfabetização e letramento”; aos indivíduos com quatro a sete anos de escolaridade, é atribuído o nível 2 de letramento, em que um domínio mínimo das práticas letradas terá sido alcançado, possibilitando a participação delas na vida social; finalmente, aos indivíduos com oito anos ou mais anos de escolaridade, é atribuído o nível 3 de letramento, em que terão sido atingidas

as competências letradas que constituem o mínimo estabelecido para a educação básica tal como definida constitucionalmente.

Sendo assim, o indivíduo, ao chegar a determinado grau de instrução, terá atingido um nível de letramento determinado, ou seja, quanto maior seu grau de instrução, maior será seu nível de letramento. Há também o trajeto inverso, que seria basicamente reconhecer habilidades de letramento e somente depois fazer relação com os graus de instrução, sendo possível ver o nível de alfabetismo, o que gerou um resultado, correlação favorável entre os <sup>4</sup> níveis de letramento e o grau de instrução.

Partindo desse sentido, segundo a autora, no processo de alfabetização é possível se ter um *produto* que fará com que se evidencie a eficiência ou não do processo de escolarização. No processo do letramento, não se consegue chegar a um *produto final*, pois esse processo do letramento é constante e permanente. Podemos ser letrados em algum assunto e iletrados em outros, por isso que entre os termos *letrado* e *iletrado* não há dicotomia, já *alfabetizado* e *analfabeto* podem ser considerados termos dicotômicos.

Para Soares (2014), a concepção entre o vínculo da alfabetização e da escolarização parece ser tão natural – pelo motivo de ser mais explícita, porque é mais fácil determinar se alguém sabe ou não ler e escrever, além de que, para o senso comum é função da escola alfabetizar, ensinar a leitura e a escrita – e de que, ao alfabetizar, o indivíduo será letrado naturalmente. Já o letramento não acontece do mesmo modo, pois há várias práticas que exigem uso da escrita, que podem ser escolares ou sociais, além de várias habilidades e conhecimentos que se fazem necessários para praticá-las.

Mas existe sim uma correlação entre escolarização e letramento, por mais que não seja tão explícita quanto a relação entre escolarização e alfabetização. A escolarização consegue

---

<sup>4</sup> O INAF apresenta e conceitua quatro níveis de alfabetismo que seriam: 1) Analfabetismo: corresponde à condição dos que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases ainda que uma parcela destes consiga ler números familiares; 2) Nível rudimentar: corresponde à capacidade de localizar uma informação explícita em textos curtos e familiares (como, por exemplo, um anúncio ou pequena carta); 3) Nível básico: as pessoas classificadas neste nível podem ser consideradas funcionalmente alfabetizadas, pois já leem e compreendem textos de média extensão, localizam informações mesmo que seja necessário realizar pequenas inferências; 4) Nível pleno: estão classificadas neste nível as pessoas cujas habilidades não mais impõem restrições para compreender e interpretar textos em situações usuais: leem textos mais longos, analisando e relacionando suas partes, comparam e avaliam informações, distinguem fato de opinião, realizam inferências e sínteses (INAF, 2012).

cumprir um importante papel no progresso de habilidades que estão associadas ao letramento, mas muitas vezes essa relação entre escolarização e habilidades é negada. Existe uma discrepância entre o grau de instrução e o nível de letramento, pois considera-se que muitos indivíduos não tiveram nenhum ou pouco acesso ao uso da escrita e da leitura fora do ambiente escolar, por exemplo, por inúmeros motivos, como a falta de oportunidades, ou falta de interesse, gerando um nível de letramento menor do que os que passaram pelo processo de escolarização.

Há também a necessidade de considerar que, no momento em que aconteceu a época da escolarização e a identificação do nível de letramento que foram avaliados, o indivíduo poderia estar afastado por muito tempo de *situações de teste*, desempenhando um estranho resultado, ou até mesmo o que foi avaliado no teste não era o que avaliavam na época em que frequentava a escola. Por fim, quando se obtém um mau resultado de um teste de avaliação acerca do nível de letramento de indivíduos com elevado grau de instrução, tem-se como explicação o possível distanciamento entre o letramento social e o letramento escolar.

No que diz respeito ao letramento social e o letramento escolar, que seriam os eventos e práticas do letramento, componentes básicos do fenômeno do letramento, Heath (1992, p. 93) entende que “por eventos de letramento designam-se situações em que a língua escrita é parte integrante da natureza entre os participantes e seus processos interativos”. Ou seja, a autora entende por eventos de letramento a interação oral em que o uso da escrita e da leitura se fazem presentes, como, por exemplo, conversar sobre uma notícia de jornal com outra pessoa.

Já por práticas de letramento, segundo Street (1995, p. 2), “designam-se tanto os comportamentos exercidos pelos participantes num evento de letramento quanto às concepções sociais e culturais que o configuram, determinam sua interpretação e dão sentido aos usos da leitura e/ou da escrita naquela particular situação”.

Os eventos e práticas de letramento aparecem no âmbito social e escolar. Na vida cotidiana, segundo Soares (2014), os eventos e as práticas podem aparecer tanto na vida social quanto na vida profissional, como necessidade de responder a interesses de grupos ou pessoas e são compreendidos e vividos de maneira natural e espontânea; como folhear livros, uma recomendação de poema feita por alguém, uma propaganda de algum produto em um outdoor e outros vastos exemplos. Já na escola, esses eventos e práticas são postos e organizados por

seleção pedagógica, possuindo objetivos determinados, com foco na aprendizagem e, posteriormente, é comum a aplicação de atividades avaliativas; como textos, poemas do material didático, interpretar textos, responder questões etc.

Partindo disso, é possível observar a diferença entre os eventos e as práticas escolares e os eventos e as práticas sociais, uma vez que a escola “autonomiza as atividades de leitura e de escrita em relação às suas circunstâncias e os sociais, criando seus próprios e peculiares eventos e suas próprias e peculiares práticas de letramento” (SOARES, 2014, p. 10). Isso seria a pedagogização do letramento, assim, o letramento escolar domina o letramento social, ou seja, o que a escola entende pelo conceito de letramento faz com que os eventos e práticas do letramento social sejam contaminados por conta das imposições comportamentais escolares de letramento. Quando a escola autonomiza as atividades de leitura e escrita, essa acaba criando eventos e práticas de letramento, mas com os sentidos e objetivos especificamente do contexto escolar. A escola usa o letramento como pretexto para as práticas pedagógicas.

Por fim, cabe à escola e ao educador estreitar os laços entre os eventos e as práticas escolares e sociais, oportunizando ao aluno experienciar atividades que possam ir além dos muros da escola, percebendo a função social da escrita, colocando-a em prática. Essas atividades se fazem ainda mais necessárias quando atuamos com alunos oriundos das classes populares, em que o contato com o *mundo letrado* é muito menor.

Isto posto, podemos afirmar que os conceitos de letramento estão articulados ao exercício da cidadania, pois promovem a autonomização dos indivíduos numa sociedade essencialmente letrada.

## 5 CONCLUSÃO

Por meio de todas as discussões e análises realizadas no presente estudo, pôde-se verificar que a existência da modalidade da fala é bastante anterior à da escrita, e que a evolução do homem e da forma de comunicação criadas, foram sendo aprimoradas ao longo do tempo. Isso nos possibilitou conhecer o desenvolvimento do processo da escrita, o registro e a marca da história da humanidade com o intuito de entender como foi originada a escrita que usamos hoje.

A escrita, nesse viés, é vista como produto cultural que deve ser aprendida e para que essa aprendizagem seja efetuada é possível, é necessário que se desenvolva no indivíduo o processo de alfabetização, o qual foi realizado, durante muito tempo, por meio dos métodos de alfabetização. Foi-se, ao longo do tempo, percorrendo um percurso em busca de um método ideal, uma etapa atravessada por discussões, desavenças e ideologias, foi concluído que, em uma visão tradicionalista de ensino, a criança tinha somente que codificar e decodificar um código.

Esses métodos traziam consigo problemas relacionados à aprendizagem linguística, ou seja, a criança era ensinada de modo mecânico, tendo de realizar a decodificação das letras expostas nos fonemas, colocando-as juntas e verbalizando. Também não era permitido cometer erros ao fazer uma leitura. A criança tinha de deter determinados *pré-requisitos* para, assim, estar pronta para ler, tendo a escrita apenas como um reflexo da fala, não exercendo função social, colocando, assim, o significado e a compreensão textual em posterioridade. A criança sendo ensinada desse modo tem a possibilidade de se tornar apenas uma receptora passiva e acrítica no que diz respeito ao aprendizado da leitura e escrita, gerando consequências significativas ao processo educativo e à prática da cidadania.

No entanto, quando partimos para alfabetizar letrando, após a desmetodização da alfabetização e do fracasso escolar em decorrência dos usos incertos e inapropriados de práticas no uso da teoria construtivista, ficou perceptível o quão importante é, para a vida do indivíduo, ser alfabetizado e letrado, pois o sujeito alfabetizado e letrado possivelmente não irá se inibir em fazer comentários e argumentações, não será dependente de outras pessoas. Esse será resolvido socialmente; quando precisar fazer uso da leitura e da escrita, poderá ler, escrever e interpretar, terá autonomia e praticará a função social da escrita e da leitura, podendo resolver as questões que são impostas a ele, que necessitam fazer uso dessas habilidades de ler e escrever. Partindo disso, a escola como formadora de cidadãos críticos que possam atuar na sociedade de forma autônoma, tem um papel fundamental na questão da alfabetização e letramento. É importante que a instituição escolar ajude na formação do indivíduo para que a leitura e a escrita não sejam adquiridas de maneira mecânica e engessada, por exemplo, ensinar o indivíduo a ler e a escrever a partir da utilização de métodos tradicionais, como já mencionados anteriormente, não vai ao encontro dessa autonomia.

No que se refere à relação da escolarização e dos níveis de letramento, ambientes não escolares também propiciam o ensino e a aprendizagem da leitura e da escrita; a escola não forma leitores e escritores sozinha, a alfabetização e o letramento não se restringem somente ao âmbito escolar e não terminam nele, e sim são entendidos como um processo constante, sem fim. É comum pensarmos que a aprendizagem da escrita é somente função da escola e do processo que se dá por meio dela, a escolarização, mas é possível sim aprender a ler e a escrever em ambientes não escolares, como na comunidade, na igreja, no trabalho, na família e em outros espaços. Há muitas possibilidades de aprender na vida também.

Assim, é notório que existe uma diferenciação entre letramento social e letramento escolar. Que a relação entre escolarização e alfabetização é mais visível do que entre escolarização e letramento. Por conta disso, para a aproximação desses termos, escolarização e letramento, a relação entre grau de instrução e nível de letramento foi uma medida, conseqüentemente, os eventos e as práticas auxiliam nessa aproximação também.

Em conformidade com isso, é possível chegar à conclusão de que, em resposta à problemática desta pesquisa, com base no que as discussões literárias que permeiam o conceito de alfabetização e letramento, o letramento é o que mais se aproxima do processo de construção da cidadania, pois permite que o indivíduo se aproprie das habilidades de leitura e escrita, de modo a usufruí-las nas funções sociais em que essas se fazem presentes e em que há a necessidade de usá-las, trazendo uma condição suficiente, ao sujeito, para responder às demandas da sociedade letrada.

Por esse motivo, considerando que estamos imersos em uma sociedade rodeada por diferentes textos para podermos nos relacionar com essa variedade de gêneros textuais, devemos, além de codificá-los e decodificá-los, interpretá-los e compreendê-los em diferentes contextos sociais. A alfabetização sozinha não consegue aproximar, de maneira efetiva, o indivíduo ao processo de construção da cidadania. Desse modo, é notório então, que a defasagem de um ou de outro, alfabetização ou letramento, compromete a comunicação e a interpretação das pessoas na sociedade, a qual é voltada para as relações sociais. Baseando-se nisso, é possível sintetizar que a visão voltada ao letramento, usando a leitura e a escrita na dinâmica social, propicia ao indivíduo um olhar, uma percepção de mundo diferente, possibilitando a ele a capacidade de solucionar, questionar, compreender e agir em

determinadas situações na sociedade e, acima de tudo, vivenciar essas experiências de forma ativa, crítica e autônoma, tornando-se participativo na sociedade em que se faz presente, uma sociedade letrada.

É evidente a importância desses dois processos serem entrelaçados, para que haja o desenvolvimento do exercício da cidadania. A alfabetização e o letramento inseparáveis e interdependentes é o ideal para que se consiga desenvolver o processo de construção da cidadania do indivíduo letrado e, também, alfabetizado.

## REFERÊNCIAS

BRAGGIO, Silvia Lúcia Bigonjal. Sob o prisma dos métodos. *In*: BRAGGIO, Silvia Lucia Bigonjal. **Leitura e alfabetização: da concepção mecanicista à sociolinguística**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização & linguística**. 10. ed. São Paulo: Scipione, 2007.

CLAIR, Kate; BUSIC-SNYDER, Cynthia. Antigos sistemas de escrita. *In*: CLAIR, Kate; BUSIC-SNYDER, Cynthia. **Manual de tipografia: a história, a técnica e a arte**. Tradução de Joaquim da Fonseca. São Paulo: Bookman, 2008. p. 9-30. Disponível em: <https://bit.ly/2ZDEutg>. Acesso em: 31 out. 2021.

COSTA, Renata Dariva. A escrita além dos cuneiformes. **Revista Historiador**, n. 5, a. 5, p. 9-20, dez. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2ZIE3yg>. Acesso em: 31 out. 2021.

GOMES, Eduardo. A escrita na história da humanidade. **Dialógica**, Manaus, v. 3, n. 3, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3GBTIjI>. Acesso em: 31 out. 2021.

GOULART, Cecília. O conceito de letramento em questão: por uma perspectiva discursiva da alfabetização. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 35-51, ago./dez. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3jV83xT>. Acesso em: 31 out. 2021.

HEATH, Shirley B. Protean shapes in literacy events: ever – shifting oral and literate traditions. *In*: TANNEN, Deborah (ed.). **Spoken and whiten language: exploring orality and literacy**. Norwood, N.J.: Ablex, 1992. p. 91-117.

INAF. Indicador de Alfabetismo Funcional. Ação Educativa. **Inaf Brasil 2011: indicador de alfabetismo funcional: principais resultados**. São Paulo: Instituto Montenegro; IBOPE Inteligência, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3vYt93i>. Acesso em: 31 out. 2021.

MENDONÇA, Onaide Schwartz. Percurso histórico dos métodos de alfabetização. **Saberes Pedagógicos**, Criciúma, v. 6, nº1, janeiro/abril 2022.– Curso de Pedagogia– UNESC

**Revista da UNESP**, Presidente Prudente, p. 23-35, 2010. Disponível em:  
<https://bit.ly/3jTzcBk>. Acesso em: 31 out. 2021.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e letramento**. São Paulo: UNESP, 2004.

MORTATTI, Maria Rosário Longo. História dos métodos de alfabetização no Brasil. *In*: SEMINÁRIO ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM DEBATE, 1., 2006, Brasília, DF. **Conferência proferida...** Brasília, DF: MEC, 2006. 16 p. Disponível em:  
<https://bit.ly/3cmHLRq>. Acesso em: 31 out. 2021.

POZZER, Kátia Maria Paim. A escrita cuneiforme no antigo Oriente Próximo: origens e desenvolvimento. *In*: BAKOS, Margaret; POZZER, Kátia Maria Paim (orgs.). **III jornada de estudos do Oriente Antigo**: línguas, escritas e imaginários. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

RAMOS, Fábio Pestana. A história do analfabetismo no Brasil. **Para Entender a História**, a. 1, v. 12-13, dez. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3vZvBXc>. Acesso em: 31 out. 2021.

REIS, Caroline Kirsten. **História da escrita**: uma contextualização necessária para o processo de alfabetização. 2019. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2019. Disponível em:  
<https://bit.ly/3brLOuL>. Acesso em: 31 out. 2021.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2006.  
SOARES, Magda. **Letramento no Brasil**, reflexões a partir do INAF 2001. 2. ed. São Paulo: Global, 2004.

SOARES, Magda. **Letramento**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

STREET, Brian V. **Social literacies**: critical approaches to literacy in developmental, ethnography and education. London: Longman, 1995.

TAVARES, Susana Lucas. A importância do letramento como prática social. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2., 2004, Rio Grande, RS. **Anais...** Rio Grande, RS: FURG, 2004. Disponível em:  
<https://bit.ly/3Eomwu6>. Acesso em: 31 out. 2021.

TFOUNI, Leda Veridiani. **Letramento e alfabetização**. 47. ed. São Paulo: Cortez, 2002.